

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)



Saúde Coletiva:

Uma construção teórico-prática
permanente

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)



Saúde Coletiva:

Uma construção teórico-prática
permanente

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



Saúde coletiva: uma construção teórico-prática permanente

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S255 Saúde coletiva: uma construção teórico-prática permanente / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0022-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.226220104>

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Nesta obra de volume único, a Atena Editora traz ao leitor 19 artigos científicos que aqui estão organizados por sua temática no contexto da saúde pública: o e-book começa com uma reflexão acerca da obsolescência do sistema brasileiro, permeia as estratégias que agentes educacionais têm implementado para contornar os desafios práticos deste campo, contextualiza a saúde pública num panorama epidemiológico e conclui com o relato de ações, projetos e estudos que investigam os impactos da deficiência do sistema nas comunidades e grupos de minoria social no Brasil.

Agradecemos aos autores por suas contribuições técnicas e científicas para este tema e desejamos a todos uma boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

A OBSOLESCÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA

Igor Ricardo Fermino Carneiro

Ana Carolina Kurihara

Thiago Alves Hungaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201041>


CAPÍTULO 2..... 11

A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE FRENTE À COVID-19 NA REGIÃO SUL DE SÃO PAULO

Felipe Gargantini Cardarelli

Débora Alcantara Mozar

Paulo Fernando Capucci

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201042>

CAPÍTULO 3..... 17

A EXPERIÊNCIA DE PÓS-GRADUANDOS NO ACOMPANHAMENTO DE GRADUANDOS DO CURSO DE ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Priscila Norié de Araujo

Janaína Pereira da Silva

Kisa Valladão Carvalho

Felipe Lima dos Santos


Poliana Silva de Oliveira

Maristel Silva Kasper

Karen da Silva Santos

Gabriella Carrijo Souza

Cinira Magali Fortuna

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201043>

CAPÍTULO 4..... 26

EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES EM SAÚDE SOBRE A PRÁTICA DA ATENÇÃO DOMICILIAR NO CAMPO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE


Ana Carolina de Souza

Vanessa Crisitna da Silva

Eduardo Gabriel Cassola

Daniele Cristina Godoy

Eliana Goldfarb Cyrino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201044>

CAPÍTULO 5..... 33


TRABALHO DE UM GRUPO DE DOCENTES E SUA SAÚDE OCUPACIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

Sandra Maria de Mello Cardoso

Lucimara Sonaglio Rocha

Andressa Peripolli Rodrigues


Neiva Claudete Brondani Machado
Marieli Teresinha Krampe Machado
Margot Agathe Seiffert
Rita Fernanda Monteiro Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201045>

CAPÍTULO 6..... 44

EPIDEMIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS EM SAÚDE


Lilian Barbosa Vieira
Adriano Leite Leônidas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201046>

CAPÍTULO 7..... 61

ANÁLISE ESPACIAL DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2010-2020


Silvano Macedo Galvão
Noemi Dreyer Galvão
Daniel Valentins de Lima
Mário Ribeiro Alves
Marina Atanaka

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201047>

CAPÍTULO 8..... 78

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE GESTÃO PARA INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E ATENÇÃO PRIMÁRIA, NAS AÇÕES CONTRA O COVID19


Claudia Walleska Ronaib Silva
Juliana Paula Santos Guarato Leme
Vanessa Leonora Gomes
Raquel Xavier de Souza Saito
Soraia Nogueira Felix

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201048>

CAPÍTULO 9..... 82

TREINAMENTO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DURANTE A PANDEMIA COVID 19 COM USO DA SIMULAÇÃO CLÍNICA

Eduardo Guerra Barbosa Sandoval
Kelly Jacqueline Barbosa
Renata Camila Barros Rodrigues
Regina Helena Pires


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2262201049>

CAPÍTULO 10..... 88

A INSERÇÃO DE TERAPIAS COMPLEMENTARES EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO EM SAÚDE: HUMANIZAÇÃO NO CUIDADO

Fernanda Lopes Bento Xavier
Felipe Costa Battistuzzo

Edna Silva de Araújo de Moraes
Renata Ribeiro Cé
Kethyllin Souza Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010410>

CAPÍTULO 11..... 99

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA LÍNGUA LIVRE PARA INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM ANQUILOGLOSSIA DE RECÉM-NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES, BRASIL

Itamar Francisco Teixeira
Marcela Vieira Calmon
Josirley de Bortoli
Rosiene Conti Feitoza
Manuela de Souza Reis Finamore
Carlos Alberto Fiorot

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010411>

CAPÍTULO 12..... 121

PRIMEIRA USINA DE OXIGÊNIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Paola Darbello da Silva
Miriam Pontes Marreiro
Daniela Caroline do Nascimento Vieira
Tháís de Almeida Miana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010412>

CAPÍTULO 13..... 124

A PERCEPÇÃO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS SOBRE A ESPIRITUALIDADE E SUA COLABORAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA

Marília Beatriz Silva Almeida
Luciane Maria Linhares Da Conceição
Liana Dantas da Costa e Silva Barbosa
Maria Enoia Dantas da Costa e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010413>

CAPÍTULO 14..... 135

A REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MÍDIA BRASILEIRA

Gabriella Silva Nascimento
Patrycia Kelly Pereira
Veluma Lara Andrade Santos Magalhães
Nayara dos Santos Rodrigues
Walquiria Lene dos Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010414>

CAPÍTULO 15..... 148

INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE DO BRASIL: MODELO TEÓRICO DE COMPREENSÃO

Fernando Virgílio Albuquerque de Oliveira


Liandro da Cruz Lindner
Raimunda Hermelinda Maia Macena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010415>

CAPÍTULO 16..... 156

O IMPACTO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE FETAL EM HOSPITAIS DE SALVADOR


Giulia Lira Alves
Leticia Barletta Reis Pitanga
Lucas Silva Varjao
Luciana Maria de Araujo Moura
Marcel dos Santos Gonçalves
Mariana Cruz da Silveira
Monique Dantas Correia
Brasil, M. Q. A.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010416>

CAPÍTULO 17..... 163

PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS E PROFISSIONAIS ACERCA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E A REALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO


João Felipe Tinto Silva
Larayne Gallo Farias Oliveira
Marks Passos Santos
Billy Petterson Moreira Taborda
Emanuel Osvaldo de Sousa
Liliane Maria da Silva
Cristian Dornelles
Joycianne Ramos Vasconcelos de Aguiar
Robson Feliciano da Silva
Sabryna de Sousa Morais
Geycilane Siqueira da Silva
Francisco Israel Magalhães Feijão
Gustavo Henrique dos Santos Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010417>

CAPÍTULO 18..... 172

PREVENÇÃO AO CÂNCER DE BOCA NO MUNICÍPIO DE LINHARES-ES, BRASIL: O RELATO DE UM PROGRAMA DE APOIO EM SAÚDE BUCAL

Itamar Francisco Teixeira
Marcela Vieira Calmon
Josirley de Bortoli
Rosiene Conti Feitoza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010418>

CAPÍTULO 19..... 185

VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA MULHERES: UMA CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS

NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Gracielle Pampolim
Elisa Aparecida Gomes de Souza
Luiza Eduarda Portes Ribeiro
Ajhully Alves Ribeiro
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Esmeraldo Costa Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.22622010419>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 194

ÍNDICE REMISSIVO..... 195

A REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MÍDIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/03/2022

Gabriella Silva Nascimento

Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC)
[https://orcid.org/\(0000-0001-9211-0175\)](https://orcid.org/(0000-0001-9211-0175))
<http://lattes.cnpq.br/8376333858512415>

Patrycia Kelly Pereira

Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos(UNICEPLAC)
[https://orcid.org/\(0000-0001-82982623\)](https://orcid.org/(0000-0001-82982623))
<http://lattes.cnpq.br/9173910387525295>

Veluma Lara Andrade Santos Magalhães

Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos(UNICEPLAC)
[https://orcid.org/\(0000-0002-4771-7370\)](https://orcid.org/(0000-0002-4771-7370))
<http://lattes.cnpq.br/7959583339718809>

Nayara dos Santos Rodrigues

Mestre e Doutoranda em Enfermagem pelo Programa de pós-graduação em enfermagem da Universidade de Brasília
[https://orcid.org/\(0000-0003-4797-0832\)](https://orcid.org/(0000-0003-4797-0832))
<http://lattes.cnpq.br/8809545944642149>

Walquiria Lene dos Santos

Mestre(a) em Enfermagem; Docente no Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC). Docente Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires - FACESA
<https://orcid.org/0000-0001-6489-5243>
<http://lattes.cnpq.br/4723603129713855>

RESUMO: Objetivo: Identificar e analisar as repercussões na mídia brasileira acerca da violência obstétrica. **Método:** Pesquisa qualitativa, exploratória em base documental delineada pela análise temática. Para o levantamento das reportagens foram selecionados como fonte três jornais no formato digital de grande quantidade de acesso com buscas a partir do termo “Violência Obstétrica” sem distinção de data de publicação. **Resultados:** Foi realizada a leitura de 230 reportagens, sendo 50 destas selecionadas devido à similaridade com o objetivo do estudo. Assim, a partir da análise temática do conteúdo das reportagens foram divididas em seis categorias: 1. Relato, 2. Denúncia, 3. Debate, 4. Pesquisa, 5. Política e 6. Legislação. **Conclusões:** Conclui-se que as reportagens refletem que a violência obstétrica tem sido uma constante na realidade brasileira, no qual o debate e as reflexões em relação à saúde da mulher e da criança durante o parto precisam de maiores engajamentos de todos os setores da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Meios de Comunicação de Massa; Violência Obstétrica.

THE REPERCUSSION OF OBSTETRIC VIOLENCE IN THE BRAZILIAN MEDIA

ABSTRACT: Objective: To identify and analyze the repercussions in the Brazilian media about obstetric violence. **Method:** Qualitative, exploratory research on a documental basis delineated by thematic analysis. For the survey of reports, three newspapers in digital format with a large amount of access with searches based on the term “Obstetric Violence” were selected as

source, without distinction of publication date. **Results:** 230 reports were read, 50 of which were selected due to the similarity with the objective of the study. Thus, based on the thematic analysis of the content of the reports, they were divided into six categories: 1. Report, 2. Denouncement, 3. Debate, 4. Research, 5. Policy and 6. Legislation. **Conclusions:** It is concluded that the reports reflect that obstetric violence has been a constant in the Brazilian reality, in which the debate and reflections on the health of women and children during childbirth need greater engagement from all sectors of society.

KEYWORDS: Brazil; Mass Media; Obstetric Violence.

1 | INTRODUÇÃO

A violência obstétrica (VO) vem sendo questionada e debatida nos últimos anos e cada vez mais tendo espaço dentro das temáticas das mídias sociais, do meio científico, de manifestações de rua e das rodas de conversa. Porém, mesmo diante de todo esse progresso a respeito desta temática, essa prática ainda se encontra difícil em desfazer-se da assistência, tendo em vista de que ainda há muito o que lutar e avançar (SANTOS, OLIVEIRA e SOUZAS, 2018).

Entende-se que violência no parto é todo e qualquer procedimento, conduta, ação ou descaso de profissionais de saúde em ambientes hospitalares públicos ou privados que atinja, direta ou indiretamente, à saúde física e/ou mental da mulher (GUIMARÃES, 2018). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é quando se impõe um nível relevante de dor e sofrimento, mas que possam ser evitados. Sendo assim, considera-se violência obstétrica como uma forma característica de violência contra a mulher (OMS, 2014).

Para a OMS, também é declarada violência obstétrica quando se existe um exagero no momento das intervenções, seja por abuso na medicação ou tornando-se um processo patológico, na hora do parto de forma em que a mulher não tenha liberdade e capacidade para escolher o que é melhor para sua saúde e a do bebê (OMS, 2014). Dentro deste contexto, ressalta-se o combate à VO através da humanização da obstetrícia que se ampliou pelo país com o passar dos anos, conquistando lugares entre mulheres de classes distintas e com enfoque para as mulheres de classe sociais mais baixas (GIACOMINI e HIRSCH, 2020).

Em 2011, a Rede Cegonha (Portaria n. 1.459/2011) foi criada, procurando garantir o direito de ter uma preparação reprodutiva e uma assistência de forma humanizada durante a gestação, parto e ao puerpério, com intuito de estimular a elaboração de nova estratégia de atenção à saúde da mulher e da criança, desde o parto até os 2 anos de vida, de maneira que reduza a mortalidade materna e infantil (BRASIL, 2011).

Para isso, assuntos como o acesso à saúde, a boa condição da assistência e a participação da mulher no ato de cuidado, levando em consideração as dúvidas e conhecimento do que está sendo realizado, além da liberdade de poder ter a participação

do acompanhante nesse momento devem ser base de uma política de atendimento humanizado (BRASIL, 2014; BRASIL, 2011).

Observa-se a alta prevalência da VO no Brasil de modo que uma a cada quatro mulheres sofrem algum tipo de violência obstétrica durante o parto (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2018). Essas informações compõem parturientes que suportaram falta de respeito, assédio físico e moral, indiferença e descaso, desde o pré-natal até o momento pós-parto (SANTOS; OLIVEIRA e SOUZAS, 2018).

Neste contexto, destaca-se que o profissional que agir com imprudência na assistência, preconceito, tratar com inferioridade, agressão física, psicológica e/ou verbal ou que realize alguma técnica e intervenção de forma indevida ao longo do ciclo gravídico-puerperal, cometerá VO e infringe diretamente os direitos da mulher. Visto que, todas essas ações colaboram para o acometimento de dificuldades desagradáveis ao binômio mãe-filho (OLIVEIRA et al., 2019).

Ao reconhecer a existência desse grave problema de saúde pública que afeta as gestantes, se faz necessário buscar estratégias de enfrentamento. Ademais, é imprescindível que os profissionais de saúde atuem com o objetivo de garantir uma assistência digna, com qualidade e respeitosa, pois as condições difíceis no ambiente de trabalho não justificam atos de violência (CARVALHO e BRITO, 2017).

Diante disto, ressalta-se a importância de identificar como tem sido noticiado na mídia brasileira as reportagens acerca deste contexto de violência obstétrica de modo a analisar as fontes e seus conteúdos.

Diante disto, ressalta-se a importância de identificar como têm sido noticiados na mídia brasileira as reportagens acerca deste contexto de violência obstétrica de modo a analisar as fontes e seus conteúdos. Portanto, o presente estudo teve como objetivo identificar e analisar as repercussões na mídia brasileira acerca da violência obstétrica.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com García, Díaz e Acosta (2013), a violência obstétrica é um fenômeno que vem ocorrendo há algumas décadas na América Latina. Um fator, na maioria das vezes presente entre as gestantes, é a falta de informação e o medo de perguntar sobre os processos que irão ser realizados na evolução do trabalho de parto. Essa situação pode levá-las a se conformar com a exploração de seus corpos por diferentes pessoas, aceitando diversas situações incômodas sem reclamar.

A violência obstétrica inclui o uso excessivo de drogas e intervenções desnecessárias durante o parto e desempenho real. Considerado desagradável, geralmente doloroso, não baseado em evidência científica. Alguns exemplos são pelos pubianos raspados, episiotomia de rotina, enema, indução do parto e proibição do direito da mulher de escolher um acompanhante durante o trabalho parto (DINIZ, 2014).

Segundo estudo de base populacional realizado no Brasil (1,2), a prevalência de violência obstétrica (VO) é de 18,3% a 44,3%. Apesar da alta prevalência, poucos estudos epidemiológicos nacionais abordam esse tema. Na última década, aumentou o interesse por essa forma de violência contra a mulher, principalmente devido ao movimento e grupos feministas que buscam salvar a fisiologia do parto e o papel que as mulheres desempenham neste momento tão especial da vida (HENRIQUES, 2021).

Em pesquisa nacional realizada em 2011/12, 56,6% dos brasileiros nasceram de cesariana, enquanto nas redes privadas a frequência é maior, chegando a 90%. Para as mulheres que deram à luz, 36,4% das mulheres receberam ocitocina para induzir ou acelerar o parto, e 39,1% das mulheres receberam cesariana. Entre as mulheres que deram à luz por parto normal, 36,1% referiram a técnica de Kristeller e 53,5% realizaram episiotomia (HENRIQUES, 2021).

Atualmente, apesar dos protocolos hospitalares em cuidados com a gestante no momento do parto, nota-se as várias intervenções de rotina, e que são muitas vezes violentas, desnecessárias e de eficácia duvidosa, de acordo com relatos das mulheres. (SENS e STAMM, 2019).

Qualquer profissional que usar negligência, discriminação social, violência física, psicológica e / ou verbal durante o serviço, ou usar tecnologia e intervenções impróprias durante a gravidez e o parto, cometerá violência obstétrica e violará os direitos da mulher. Pois esses tipos de atitudes podem causar complicações adversas no binômio mãe-filho (OLIVEIRA et al., 2019).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória em base documental delineada pela análise temática.

Para o levantamento dos documentos foram selecionados como fonte jornais no formato digital. Como critério de seleção dos jornais foram escolhidos os três jornais digitais de maior acesso no cenário brasileiro segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC, 2021). A coleta de dados foi realizada no mês de setembro na Folha de São Paulo, Estadão e O Globo.

Como critério de seleção das reportagens foram realizadas buscas nos três jornais a partir do termo “Violência Obstétrica” sem discriminação de data. Para a seleção então, foram realizadas leitura completa de título e texto a fim de identificar similaridade com o objeto do presente estudo, repercussões da violência obstétrica.

Foram lidas 230 reportagens oriundas da busca nos três jornais e destas 50 foram selecionadas a partir do critério estabelecido previamente. Para análise das reportagens elaborou-se um documento próprio contendo os seguintes dados: jornal, data da reportagem, título, site de acesso, tipificação e a produção do *corpus* textual que norteou

a análise do conteúdo.

Desta forma, as reportagens foram analisadas inicialmente por critério de noticiabilidade, utilizando o valor-notícia de seleção (SILVA, 2014). Tais critérios classificam as reportagens em dez categorias que norteiam a produção do texto na mídia, a saber: conflito, conhecimento, governo, impacto, justiça, polêmica, proeminência, proximidade, raridade e tragédia/drama (SILVA, 2014). Na sequência, foram analisadas qualitativamente utilizando a técnica análise temática (BRAUN e CLARKE, 2014). Por se tratar de informações publicizadas o presente estudo não necessitou de apreciação ética, seguindo a Resolução CNS nº 466/12.

4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo realizou a leitura de 230 reportagens de 3 jornais de grande circulação, oriundas da busca a partir do termo Violência Obstétrica. E de acordo com os critérios de inclusão adotados, das 230 foram selecionadas 50 reportagens, as quais abordam violência obstétrica como a prática de procedimentos desnecessários e condutas que desrespeitam e agredem a mulher durante a gestação, parto e puerpério.

Com relação à fonte, o jornal Estadão foi o que mais apresentou reportagens relacionadas ao tema 54% (27) enquanto os demais jornais apresentaram 46% (23) reportagens somadas, conforme descrito na tabela 1.

Jornal	Número	Percentual
Estadão	27	54%
Folha de São Paulo	19	38%
O Globo	4	8%
Total	50	100%

Tabela 1. Distribuição das reportagens selecionadas por jornal.

No que tange o período de publicação das reportagens, que são de 2014 até 2021, observa-se que o ano de 2020 foi o período de maior número de publicação de reportagens (11) em oposição ao ano de 2018 em que foram encontradas apenas 1 reportagem, conforme apresentado na figura 1. Observa-se também uma média de aproximadamente 6 reportagens por ano no período de oito anos.



Figura 1. Ano de publicação das reportagens

Com relação a análise por critério de noticiabilidade, utilizando o valor-notícia de seleção, notou-se prevalência do critério de conflito totalizando 22% (11) e justiça 30% (15) do total de reportagens. A estratificação da análise por valor-notícia de seleção é apresentada na Tabela 2.

Valores-notícia de seleção	Número	Percentual %
Conflito	11	22
Drama	1	2
Governo	1	2
Impacto	6	12
Justiça	15	30
Polêmica	2	4
Proeminência	4	8
Proximidade	4	8
Raridade	6	12
Total	50	100

Tabela 2. Estratificação das reportagens por valor-notícia de seleção

O foco deste estudo foi identificar e analisar as repercussões na mídia brasileira acerca da violência obstétrica. Para tanto, a partir da análise temática do conteúdo das reportagens foram divididas em seis categorias: relato, denúncia, debate, pesquisa, política e legislação, observando-se uma maior quantidade de reportagens relacionadas ao tema de relato e pesquisa conforme apresentados na Tabela 3.

Temática	Número	Percentual %
Relato	18	36%
Denúncia	6	12%
Debate	2	4%
Pesquisa	12	24%
Política	9	18%
Legislação	3	6%
Total	50	100%

Tabela 3. Categorização das reportagens

A partir dos resultados apresentados neste estudo ressalta-se de forma inicial que a VO é um desafio para a saúde pública no Brasil e neste sentido, pela temática de pesquisa relacionado ao tema foram encontradas 12 reportagens (24%). Segundo o Instituto de Medicina Social, o prevaecimento da VO tem variado entre 18,3% e 44,3%, conforme estudos de base populacional realizados no país (HENRIQUES, 2021).

Ainda com foco na prevalência, observa-se que no Brasil uma em cada quatro mulheres sofrem algum tipo de violência no momento do parto, desde agressão verbal, procedimentos dolorosos sem consentimento até a negligência (LANSKY et al, 2019).

Embora o alto prevaecimento referido, há poucos estudos epidemiológicos nacionais envolvendo essa temática, mas observa-se que nos últimos anos, o interesse por esse formato de violência contra a mulher tem aumentado (HENRIQUES, 2021). Fato que corrobora com esta pesquisa ao observar que o termo vem ganhando maior visibilidade, dado o a identificação de uma maior quantidade de reportagens no ano de 2020 e quase o alcance da média dos últimos oito anos já no ano de 2021, que no momento da coleta de dados ainda restavam três meses para findar.

Este aumento pode ser devido aos movimentos feministas e grupos que tentam recuperar a fisiologia do parto e a figura da mulher nesse momento tão sublime da vida (HENRIQUES, 2021). Porém, existem dificuldades acerca do tema, como dificuldade de mensuração, ausência de definição das condutas de VO, ausência de concordância acerca do termo utilizado, poucas evidências quanto às consequências da VO na saúde materno - infantil e falta de políticas públicas para impedir essas condutas (HENRIQUES, 2021).

Neste contexto, as práticas violentas sujeitam mulheres a normas e costumes rígidos, e por muitas vezes desrespeitam os seus corpos e os seus padrões naturais, impedindo de desempenhar o seu protagonismo, impossibilitando e transformando o momento do parto desagradável. Podendo ainda, a VO ser constatada em outras formas de tratamento no decorrer do período gravídico puerperal (MORÉ, PORTELLA e CORRÊA, 2020).

Com a temática de legislação e política relacionado ao tema foram de VO encontradas 3 (6%) e 9 (18%) das reportagens, respectivamente. Neste aspecto, destaca-se que a

proteção frente a práticas violentas ocorre através de leis municipais e estaduais. Para tanto observa-se as legislações estaduais como a lei nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017, vigente no estado de Santa Catarina a qual dispõe sobre informações e proteção para a gestante e puérpera contra a violência obstétrica (SANTA CATARINA, 2017).

Discorre-se ainda a Lei Distrital nº 6144/2018 que se destina a atenção e ao combate à VO no Distrito Federal, preconizando medidas informativas às gestantes e parturientes (SANTA CATARINA, 2017).

Ademais, tramita-se no cenário político um projeto de lei 878 de 2019 que tem como foco a caracterização da VO bem como o combate à sua ocorrência em âmbito nacional (BRASIL, 2019). Uma lei como esta torna-se necessária para unificar o entendimento acerca da VO e assim proporcionar a educação e combate nos diferentes estados e níveis de atenção.

Por outro aspecto, observa-se a Lei do Acompanhante em vigor desde o ano de 2005, que visa assegurar à mulher o direito a um acompanhante de sua escolha no momento do parto (BRASIL, 2005). Para Lunardi (2021), em momento algum a Lei do Acompanhante devia ser desrespeitada, visto que é um direito das mulheres garantido por lei e quando não cumprida é considerada violência obstétrica.

Com o intuito de regularizar a presença da pessoa indicada pela mulher nos setores públicos e privados, houve também outras publicações de documentos para que todas as parturientes tenham garantia desse direito e, sobretudo, respeitado pelos campos prestadores de saúde (RODRIGUES et al 2018).

Garantido pela Lei 9.263/96 que preconiza o planejamento familiar antecipando que a mulher tenha acesso à atenção integral à saúde, atendimento do pré-natal e assistência ao parto, pós-parto e puerpério a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1996). Neste sentido, a Lei 11.634/2007 estabelece que toda gestante assistida pelo SUS tem direito de conhecer e criar um vínculo prévio à maternidade que será realizado o seu parto, e a maternidade que será atendida caso ocorra alguma intercorrência no pré-natal (BRASIL, 2007).

No entanto, ressalta-se a existência de uma lacuna de conhecimentos sobre a temática de VO e sobre os direitos da mulher de modo que as principais fontes de informação sobre o tema chegam às mulheres por meios da mídia, principalmente pelos jornais e veiculações na internet. Desta forma, ressalta-se a importância da vinculação em jornais de grande alcance reportagens que visem a divulgação da informação acerca da VO como forma de instrumentalizar a mulher e sua rede de apoio. Tendo em vista que para o enfrentamento da VO se faz necessário o apoio familiar de maneira contundente (ZANCHETTA et al, 2021).

Na mesma linha de raciocínio, ecoa-se que muitas mulheres não têm ciência de seus direitos e até mesmo que sofreram VO no ambiente hospitalar e que a ocorrência deste tipo de violência não atinge somente a mulher, mas também o recém-nascido (BRITO

et al, 2020; LANSKY et al 2019; SANTOS e QUADROS, 2020). Neste quesito alista-se às 6 (12%) reportagens encontradas com a temática de denúncia e 18 (36%) relacionada ao relato de VO.

Ademais, observa-se que algumas mulheres, ainda que do setor de saúde, reproduzem a violência de gênero contra outras mulheres além do referido racismo institucional que traz a complexidade e muitos outros conflitos em relação à obstetrícia contra mulheres negras (RIBEIRO et al, 2020 e ASSIS, 2018). Ressalta-se assim, a existência de uma cultura preocupante, pois quanto mais vulnerável a mulher, mais rude e degradante é o tratamento que ela recebe, sendo, portanto, importante denunciar a VO nas unidades de saúde para preservar vidas (RIBEIRO et al, 2020).

Sabe-se que a VO é um obstáculo de muitos anos atrás, embora pareça ser um tema novo (Zanardo, 2017). Mas de forma geral, o saber biomédico que contamina a maioria dos profissionais de saúde tende a desconsiderar a opinião das mulheres e não as considerar matérias de direito e, adicionalmente, nota-se que os direitos reprodutivos das mulheres negras estão ameaçados de forma humilhante e precisam de soluções urgentes (ASSIS, 2018).

Por fim, destaca-se que a formação dos profissionais de saúde é um pilar importante neste contexto. Visto, que a ausência de qualificação profissional em operar nas áreas de cuidado obstétrico, pode dar margem a erros e, conseqüentemente, à VO. Desta forma, é fundamental a devida qualificação profissional, como medida para evitar a violência obstétrica (ALVES et al., 2020).

5 | CONCLUSÃO

As reportagens nos jornais digitais destacam a conduta de alguns profissionais de forma a corroborar com os casos de violência obstétrica, sobretudo relacionado às reportagens de denúncia. Em relatos pontuais as reportagens fazem referência ao perfil das mulheres que sofreram e sofrem com a violência obstétrica.

Em grande escala, o fato de ser negra, ter baixa renda e viverem em baixo nível social essas mulheres sofrem mais com a violência obstétrica, onde as reportagens não deixam de forma explícita o porquê de grupos específicos, serem mais importunados com a violência obstétrica. Notou-se ainda a carência na diferenciação da questão racial com o debate social.

Ademais, os textos jornalísticos levantam questões sobre o cumprimento das políticas públicas que podem ajudar a garantir a segurança da mulher com a devida humanização da assistência durante o seu parto bem como a realização de pesquisas nesta temática.

Portanto, tendo como objetivo identificar e analisar as repercussões na mídia brasileira acerca da violência obstétrica, conclui-se que a violência obstétrica tem sido uma constante na realidade brasileira, no qual o debate e as reflexões em relação à saúde

da mulher e da criança durante o parto precisam de maiores engajamentos de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscyla de Oliveira Nascimento; SILVA, Jéssica Queiroz Pereira; DINIZ, Cinthia Martins Menino; CAMINHA, Maria de Fatima Costa. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, Recife, 16 (1): 29-37 jan. / mar., 2016.

ASSIS, Jussara Francisca de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serviço Social & Sociedade*. 2018, n. 133, pp. 547-565.

ALVES Valdecyr Herdy, et al. Violência obstétrica e o atual modelo obstétrico, na percepção dos gestores em saúde. *Texto Contexto Enferm [Internet]*. 2020 [acesso 2021 set 30]; 29:e20190248.

BARBOZA, Luciana Pereira; MOTA, Alessivânia. Violência Obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 119-129. jan-mar. 2016.

BRASIL. LEI Nº 6.290 DE 15 DE ABRIL DE 2019 (Autoria do Projeto: Deputado José Gomes) Dispõe sobre as diretrizes para a Política de Proteção aos Direitos da Mulher no Distrito Federal. *Sistema Integrado e Normas Jurídicas do DF*. Brasília, 15 de abril de 2019. 131º da República 59º de Brasília.

BRASIL. LEI Nº 11.108, DE 7 DE ABRIL DE 2005 - Portal da Câmara dos Deputados. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/4/2005*, Página 1.

BRASIL. LEI Nº 11.634, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. (CONSTITUIÇÃO, 2007). Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 27 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n. 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei Nº 19701 DE 20/11/2018 Publicado no DOE - PR em 21 nov 2018. Dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a Lei nº 19.207, de 1º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica. Palácio do Governo, em 20 de novembro de 2018.

BRASIL. LEI ESTADUAL 19701 - 20 de Novembro de 2018. CASA CIVIL. Sistema Estadual de Legislação. Publicado no Diário Oficial nº. 10318 de 21 de Novembro de 2018. Art. 12 Revoga a Lei nº 19.207, de 1º de novembro de 2017. Palácio do Governo, em 20 de novembro de 2018.

BRASIL, 2014. Ministério da Saúde. Cadernos HumanizaSUS - Volume 4: Humanização do parto e do nascimento. Brasília, DF: UECE/ Ministério da Saúde.

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 878, DE 2019 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências. Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2019.

BRAUN V, e CLARKE V. What can “thematic analysis” offer health and wellbeing researchers? *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-Being*, 9, 9–10.2014.

BRITO, Atílio Rodrigues, et al. A percepção das gestantes sobre o parto humanizado e violência obstétrica: relato de experiência. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e934975086, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.5086.

CARVALHO, Isaiane da Silva; BRITO, Rosineide Santana. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. *Enfermería Global* N° 47 Julho 2017.

DF. DISTRITO FEDERAL. LEI N° 6.144, DE 07 DE JUNHO DE 2018. (Autoria do Projeto: Deputado Wasny de Roure). Dispõe sobre a implantação de medidas de informação a mulheres grávidas e paridas sobre a política nacional de atenção obstétrica e neonatal, visando, principalmente, à proteção delas no cuidado da atenção obstétrica no Distrito Federal. Sistema Integrado e Normas Jurídicas do DF. Brasília, 07 de junho de 2018.

DPE-PR. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. 27 DE MAIO DE 2021. DPE-PR Luta pela diminuição do número de vítimas de violência obstétrica.

GIACOMINI, Sonia Maria; HIRSCH, Olívia Nogueira. Parto “natural” e/ou “humanizado”? Uma reflexão a partir da classe. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, v. 28, n. 1, 2020. Epub 15-Maio-2020.

GUIMARÃES, Liana Barcelar Evangelista; JONAS, Eline; AMARAL, Leila Rute Oliveira Gurgel do. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, v. 26, n. 1, 2018. Epub 15-Jan-2018.

HENRIQUES, Tatiana. Violência obstétrica: um desafio para saúde pública no Brasil. *Publicações do Centro de Ensino e Pesquisa do IMS/UERJ. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. Página Grená. Rio de Janeiro.Fev/2021. Acesso em 3 de out. de 2021.*

IVC. Instituto Verificador de Circulação (IVC). IVC Brasil. Ranking 2020-2021. Disponível em < <https://ivcbrasil.org.br/#/home1>> Acesso em 03 de out. de 2021.

LANSKY, Sônia et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. 2019, v. 24, n. 8, pp. 2811-2824.

LUNARDI, Ana Luíza. Desinformação e maior fragilidade na pandemia podem aumentar a violência obstétrica. *Publicações do Centro de Comunicação Social da Faculdade de Medicina da UFMG*. 25 de Março de 2021 - Parto, Pós Parto, Pré Natal, Violência obstétrica.

MARQUES, Raquel. *Jornal o Estadão*, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lei-da-cesarea-e-julgada-inconstitucional-uma-vitoria-em-meio-ao-caos/> Acesso 10 de Setembro de 2021.

MENEZES, Fabiana Ramos de et al. O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2020, v. 24, e180664. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ijcse/a/SNcjQGxYnDGYbfXPCTvcsgq/?format=pdf&lang=pt>>. Epub 23 Set 2019. ISSN 1807-5762. Acesso em 10 de setembro, de 2021.

MORÉ, Pauletti, Jéssica;; PORTELLA, Ribeiro Juliane; CORREA Soares Mariu. Violência obstétrica: manifestações postadas em grupos virtuais no Facebook. *Enfermagem (Montevidéu)*, Montevidéu, v. 9, n. 1, pág. 3-20, 2020.

MARQUES, Silvia. Violência Obstétrica no Brasil: Um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres do direito integral à saúde das mulheres, Brasília, v.9.n 1 (2020).

OLIVEIRA, Maria do Socorro Santos de. et al. Vivências de violência obstétrica experimentadas por parturientes. *ABCS Health Sci*. 2019; 44(2):114-119.

OLIVEIRA, Virgínia Junqueira; PENNA, Cláudia Maria de Mattos. “O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde”. *Texto Contexto - Enfermagem, Florianópolis*, v. 26, n. 2, e06500015, 2017.

Organização Mundial da Saúde – (2014). *Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde*. Genebra: OMS; 2014.

RIBEIRO Deyse de Oliveira. et al. Obstetric violence in the perception of multiparous women. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 2020, v. 41, e20190419.

RODRIGUES, Diego Pereira. et al. A violência obstétrica no contexto do parto e nascimento. *Rev enferm UFPE on line.*, Recife, 12(1):236-46, jan., 2018.

SALOMÃO, Livia Brodbeck. Lei do Acompanhante: Direito garantido a gestante na hora do parto. 04 de Agosto de 2021. DPE -PR Defensoria Pública do Estado do Paraná.

SANTOS, Aline Passos, QUADROS, Carla. Relato de experiência sobre violência obstétrica em uma roda de conversa. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 160-179, jun./dez. 2020.

SANTOS, Jaqueline Maria; OLIVEIRA, Tamiz Lima; SOUZAS, Raquel. Parto, mulher negra e violência: corpos invisíveis? *Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos*. Bahia, v. 17, n. 2, p. 112-119, 2018.

SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular; 2014. p. 25-38.

SC. SANTA CATARINA. LEI Nº 17.097, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. Procedência: Dep. Angela Albino, Natureza: PL./0482.9/2013, DOE: 20.457, de 19/01/2017, Decreto: 1.269/17.

SENS, Maristela Muller; STAMM, Ana Maria Nunes de Faria. A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, e170915, 2019.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho, URIBE, Magaly Calderón, NADAL, Ana Hertzog Ramos De, & HABIGZANG, Luísa Fernanda. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. *Psicologia & Sociedade*, 29, e155043. 2017.

ZANCHETTA, Margareth Santos et al. Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra. *Escola Anna Nery*. 2021, v. 25, n. 5, e20200449.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise espacial 61, 62

Anquiloglossia 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 118, 119, 120

Atenção primária à saúde 6, 18, 26, 27, 28, 31, 32, 74, 111, 116, 164, 166, 167

C

Câncer de boca 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181

Comunicação 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 29, 53, 91, 92, 93, 94, 126, 131, 135, 138, 145, 146, 148, 152

Coronavírus 6, 9, 19, 27, 82, 83, 86, 122

COVID-19 9, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 32, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 109, 121, 122, 123, 172, 173, 179

D

Demografia 62

E

Enfermagem 10, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 33, 42, 77, 78, 84, 87, 112, 113, 124, 125, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 146, 162, 163, 167, 170, 179, 185, 193

Ensino 6, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 33, 36, 37, 39, 40, 42, 83, 90, 95, 96, 126, 145, 193, 194

Envelhecimento 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 89, 124, 125, 131, 133, 190

Equipe multidisciplinar 89, 96, 97, 103, 113, 115, 177

Espiritualidade 124, 125, 127, 129, 130, 132, 133, 134

Estresse 20, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 95

H

Humanização 13, 88, 97, 136, 143, 144, 145, 151, 158

I

Infecções sexualmente transmissíveis 163, 164, 165, 166

Instituição de longa permanência 124, 126

M

Mídia 3, 104, 135, 137, 139, 140, 142, 143, 177

Minorias sexuais 148, 149

Mortalidade fetal 156, 157, 158, 162

O

Obsolescência 1, 2, 3, 9

P

Pandemia 6, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 109, 114, 121, 122, 145, 172, 179

Política de saúde 1, 48, 57

Políticas públicas 2, 8, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56, 62, 63, 72, 73, 74, 75, 76, 141, 143, 148, 149, 150, 154, 155, 158, 178, 193

Pós-graduação 17, 19, 20, 21, 25, 33, 36, 61, 135, 148, 185, 194

Q

Qualidade de vida 7, 35, 41, 42, 43, 51, 73, 74, 89, 92, 93, 96, 103, 104, 111, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 133, 179, 180, 189, 193

R

Residência médica 29

S

Saúde bucal 111, 112, 118, 119, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Saúde física 125, 128, 132, 136

Saúde ocupacional 33, 35

Saúde pública 1, 2, 4, 5, 6, 7, 11, 17, 32, 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 119, 122, 124, 133, 137, 141, 145, 148, 155, 158, 164, 165, 169, 171, 172, 174, 178, 182, 183, 186, 192

Simulação clínica 82, 83, 84, 85, 86, 87

Sistemas de informação em saúde 50, 59, 148, 149, 151, 153

U

Usina de oxigênio 121, 122, 123

V

Vigilância em saúde 3, 20, 52, 76, 78, 79, 81, 148, 150, 158, 179, 192

Vigilância epidemiológica 44, 78, 79, 80, 81

Violência 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Violência financeira 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Violência obstétrica 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147



Saúde Coletiva:

Uma construção teórico-prática
permanente



Saúde Coletiva:

Uma construção teórico-prática
permanente